



Fundos europeus no topo das fraudes financeiras

Organismo europeu detetou 436 suspeitas de crime financeiro desde 2006, dez das quais em Portugal

Alexandra Figueira
afigueira@jn.pt

O ORGANISMO Europeu de Luta Antifraude (conhecido como OLAF, na sigla em inglês) recebeu 1294 indícios de fraude e corrupção passíveis de prejudicar financeiramente a União Europeia. A maioria diz respeito a fundos europeus, tanto estruturais quanto agrícolas. O primeiro passo dado pelo OLAF depois de receber uma denúncia é saber se deve ou não prosseguir e, no ano passado, demorou uma média de 1,8 meses a decidir que iria investigar 253 casos. Somando aos que já vinham do ano anterior, o organismo europeu estava a investigar 484 casos em 2013. Uma centena e meia dos casos dizia respeito a fundos europeus.

Depois de investigar, o OLAF pode recomendar às entidades competentes que tomem medidas, financeiras, judiciais, administrativas ou disciplinares.

Recuperar 403 milhões

As recomendações financeiras tentam recuperar o dinheiro envolvido nas suspeitas de crime. Só no ano passado, o OLAF recomendou a entidades europeias ou estados-membros que tentassem recuperar 403 milhões de eu-

// RESULTADO DAS RECOMENDAÇÕES JUDICIAIS DO OLAF

	Número de Recomendações	Em investigação	Arquivamento	Abertura de processo	Taxa de abertura de processos
Bélgica	43	14	15	14	48%
França	20	6	4	10	71%
Alemanha	30	6	7	17	71%
Grécia	22	8	1	9	90%
Irlanda	1	1	-	-	0%
Itália	71	26	18	25	58%
Luxemburgo	8	6	1	1	50%
Holanda	16	2	7	6	46%
Portugal	10	3	5	2	29%
Espanha	30	7	14	9	39%
Reino Unido	19	3	11	4	27%
Doutros	166	56	38	43	53%
					Média 54%

ONTE OLAF INFOGRAFIA IN

ros, alvo de irregularidades. Mais de um terço do valor (146 milhões) respeitava a fundos europeus. A ajuda externa foi a área com o segundo maior volume de fraude detetada: 100 milhões.

No seguimento que a entidade faz às recomendações emitidas, constatou que em 2013 foram efetivamente recuperados 117 milhões, face a 94 milhões no ano anterior.

O OLAF pode, também, recomendar a um país que leve a tribunal os suspeitos de crime financeiro. Desde 2006 até ao final do ano passado, recomendou aos estados-membros a abertura de 436 processos judiciais. Mais de metade acabou, efetivamente, nos tribunais. Em Portugal, foi recomenda a abertura

de dez processos, mas com muito menor taxa de sucesso: só dois avançaram; cinco foram arquivados e três estão em investigação. O JN tentou obter uma reação do OLAF a este número, mas não teve resposta.

A Itália é, de longe, o país com mais recomendações de processo: 71 desde 2006.

Tabaco vale 10 mil milhões

Uma das áreas prioritárias de intervenção do OLAF é o

RECOMENDAÇÕES LEVARAM À RECUPERAÇÃO DE 117 MILHÕES DE EUROS NO ANO PASSADO

O QUE É O OLAF?

O organismo investiga suspeitas de fraude

Na mira dos investigadores estão a fraude, a corrupção e outras atividades ilegais, desde que suscetíveis de afetar os interesses financeiros da União Europeia. É também a única entidade comunitária autorizada a investigar todos os funcionários das instituições europeias.

Coordenação com polícias nacionais

O OLAF pede a colaboração dos países. É assim que deteta fraudes como a rede de contrabando de tabaco chinês que tinha Portugal e Espanha como destinos.

Orçamento de 57,7 milhões e 440 trabalhadores

A maior parte dos 306 trabalhadores é especializada na luta contra a fraude. 56 são contratados externos.

Portugal ainda não indicou gabinete de ligação

Todos os países devem nomear um gabinete de coordenação com o OLAF. Portugal ainda não o fez.

contrabando de tabaco, que assim foge ao fisco europeu.

Admitindo que as autoridades apanham um décimo do contrabando – e olhando às apreensões feitas num ano – o organismo antifraude calcula que a Europa deixe de cobrar dez mil milhões de euros em impostos. “É um fenómeno globalizado e multifacetado”, que só pode ser combatido se “as autoridades alfandegárias dos países e a União Europeia se coordenarem”, lê-se no relatório, ontem divulgado em Bruxelas.

Um dos casos concretos descrito pelo OLAF é o de uma rede de contrabando de tabaco chinês, com destino a Portugal e Espanha, com ligações à República Checa, que foi desmantelada em 2010. ●